

Relatório da Audiência n.º 5 - COF- XV

Dia: 11 de maio de 2022

ENTIDADE: *ASPP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP*

Paulo Santos – Presidente da ASPP/PSP

Eduardo Ponciano – Vice-Presidente da ASPP/PSP

Miguel Neto – Vice-Presidente da ASPP/PSP

ASSUNTO: Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Hugo Carneiro, Vice-Presidente da Comissão
- Ana Bernardo (PS)
- Alexandre Simões (PSD)
- João Dias (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, abriu a audiência saudando os representantes da entidade *supracitada*, dando nota sobre o modo de condução dos trabalhos, posto o que deu a palavra ao Senhor Presidente da ASPP/PSP para uma intervenção inicial.

O Interveniente saudou de volta a Comissão, começando por apresentar as pretensões dos profissionais da polícia que considera não estarem acauteladas, designadamente no tocante a novas admissões, estatuto remuneratório, a eventual vigência da lei de segurança e saúde no trabalho, o Sistema de Assistência em Doença e questões ligadas a retroativos e suplementos.

Em particular, Interveniente destacou três questões essenciais que, no seu entender, deveriam estar plasmadas no Orçamento de Estado para 2022, como sendo a

alteração do valor do subsídio de risco; a situação da pré-aposentação, condicionada à admissão de novos efetivos (tendo sido citado o n.º 3 do artigo 61.º da Proposta de Lei) e a questão da passagem de 831 elementos à carreira de agente principal em 2010, por despacho do então Diretor da PSP, ultrapassando efetivos mais antigos na carreira, aos quais foi reconhecido, por despacho conjunto do Ministro da Administração Interna e das Finanças, o respetivo reposicionamento somente para efeitos de contagem de serviço e não para a remuneração.

Por fim, salientou o que considera ser um problema estrutural da PSP, relacionado com a atratividade da missão, defendendo que tal seria resolvido, em larga medida, com o aumento da remuneração, em especial frente ao aumento do salário mínimo nacional, que se aproxima do valor em início de carreira dos agentes da PSP.

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Bernardo (PS), que agradeceu a presença dos representantes, começando por assinalar que o PS tem acompanhado as preocupações expressadas, nomeadamente a necessidade de rejuvenescimento do corpo da PSP e a atratividade da carreira. Referiu também as potenciais assimetrias no tocante à disponibilidade de efetivos em diversas regiões e questionou a ASPP sobre a disponibilidade para uma atualização salarial a nível gradual, em termos negociais.

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que saudou as propostas carreadas ao Parlamento, salientando que o salário inicial não é aliciante para profissionais que assumem um ponto nevrálgico na proteção dos cidadãos. Afirmou igualmente a disponibilidade para trabalhar em conjunto a questão do subsídio de risco, salvaguardando que tal dependeria, em alguma medida, da posição do PS (devido à maioria absoluta).

Neste momento, tomou a palavra o Senhor Deputado João Dias (PCP), tendo firmado que o PCP não deixaria de apresentar propostas de alteração ao Orçamento de Estado, independentemente da correlação de forças no Parlamento. Nesse sentido, declarou que o PCP já houvera apresentado uma proposta relativamente ao aumento do subsídio de risco e uma outra quanto à alteração/eliminação da condicionante das pré-aposentações a novas admissões (referindo-se ao artigo 61.º da Proposta de Lei). Em jeito de conclusão, reportou-se à falta de um regime de segurança e saúde no

trabalho para a profissão e propôs a redução de 1% nas contribuições para o Sistema de Assistência em Doença.

Seguidamente, o Senhor Vice-Presidente da Comissão devolveu a palavra ao Senhor Presidente da ASPP/PSP, que abordou novamente o tema do subsídio de risco, adaptando a resposta à questão colocada pela Senhora Deputada Ana Bernardo (PS), asseverando que a ASPP tem participado nas negociações com o Governo no sentido de solicitar um subsídio de risco não inferior ao já previsto para outras profissões. No seu entendimento, o Governo não aceitaria estes termos, e como tal, apresentou uma proposta em conjunto com a Associação dos Profissionais da Guarda para uma subida gradual do referido subsídio.

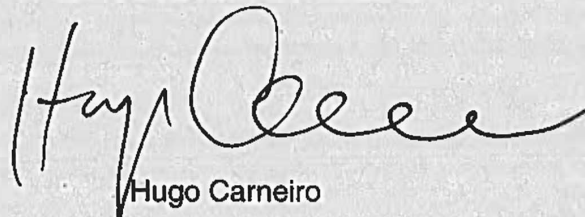
Finalizou a intervenção salientando a melhoria das tabelas remuneratórias, mobilidade interna e habitação dos profissionais, bem como a valorização do risco, como elementos relevantes para a atração de mais profissionais na PSP e manutenção dos existentes na força de segurança.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu a presença e contributos dos representantes e dos Senhores Deputados, posto o que encerrou os trabalhos da presente audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente o contributo escrito da ASPP/PSP, bem como a gravação áudio, podem ser consultados na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 11 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão



Hugo Carneiro

